

Aprovado projeto do Senado que amplia fontes de recursos para pesquisas na Embrapa

Assessoria

Foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, por unanimidade, o PL 5999/2019, de autoria do senador Alvaro Dias (Podemos), que tem como objetivo permitir aos agricultores acesso rápido e abrangente às tecnologias desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O projeto de Alvaro Dias moderniza a legislação para valorizar a Embrapa – garantindo mais recursos e menos burocracia – e para auxiliar o agricultor, que terá mais facilidade na produção e exploração de tecnologias e produtos desenvolvidos pela empresa.

Na prática, o projeto altera a Lei 5.851/1972, a fim de incluir entre os recursos da Embrapa os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos serviços e dos direitos de uso da marca.

A mudança, como destaca o senador Alvaro Dias, garante maior possibilidade de arrecadação à Embrapa sem aumentar a estrutura administrativa já existente e sem a necessidade de criar uma nova empresa estatal para essa finalidade.

“O projeto visa ofertar à agricultura brasileira um mecanismo robusto de incremento da concorrência no mercado de insumos agropecuários no Brasil, bem como fomentar o desenvolvimento e distribuição de tecnologias destinadas às pequenas culturas, que nem sempre são de interesse das grandes empresas atuantes no mercado”, explica Alvaro Dias.

Atualmente a Embrapa não dispõe de mecanismos jurídicos que agilizem o licenciamento de suas tecnologias, nem que permitam que os recursos arrecadados com os licenciamentos sejam revertidos integralmente no desenvolvimento de novas tecnologias.

O projeto moderniza a legislação, corrigindo essa distorção, para valorizar a Embrapa – garantindo mais recursos e menos burocracia – e para facilitar a vida do agricultor, que terá mais facilidade na produção e exploração de tecnologias e produtos desenvolvidos pela empresa.

O texto já havia sido aprovado nas comissões de Agricultura e Finanças e Tributação da Câmara. Se não houver recurso, a matéria segue para sanção presidencial.

Câmara aprova criação do Banco de Materiais de Construção



O Projeto de Lei que cria o Banco de Materiais de Construção é de autoria do vereador Joeir Bernardi (PSD)

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

Após segunda votação, foi aprovado na sessão ordinária dessa quarta-feira (13), da Câmara Municipal de Pato Branco, o Projeto de Lei nº 164, de 2021, que cria o Banco de Materiais de Construção, a ser administrado pela Prefeitura de Pato Branco e coordenado pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras, em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

O projeto, de autoria do vereador Joeir Bernardi (PSD), vai beneficiar principalmente a população de baixa renda e vulnerabilidade social, pois “o Banco Municipal de Materiais de Construção deverá manter cadastro atualizado de pessoas interessadas, as quais deverão residir em Pato Branco, comprovando ser proprietárias e residentes do imóvel, possuir renda familiar de até dois salários mínimos e estar inscrito no CadÚnico. A inscrição e a manutenção do cadastro das pessoas interessadas serão realizadas através da Secretaria Municipal de As-

sistência Social”.

Função

Segundo o PL, o Banco será utilizado para armazenamento e redistribuição de doações de sobras de matérias primas da construção civil e resíduos líquidos que possam ser utilizados em obras, como, por exemplo, tintas, cal líquido, impermeabilizantes e afins. Também, materiais adquiridos pelo próprio Município, doações de empresas, entidades não governamentais e da comunidade em geral, e doações de materiais novos ou usados, desde que em bom estado de conservação.

“O material poderá ser recolhido e transportado pelos próprios doadores ou em veículos próprios da Prefeitura sem ônus para o doador ou donatário. As doações ao Banco Municipal de Materiais de Construção deverão ser feitas diretamente à Secretaria Municipal de Engenharia e Obras ou à Secretaria Municipal de Assistência Social, que as repassarão ao Banco. A entrada e a saída de materiais deverão ser registradas no Estoque do Banco”,

especifica o projeto.

Repasse

De acordo com o PL, o Banco Municipal de Materiais de Construção deverá ser divulgado na website e demais meios de publicidade da Prefeitura de Pato Branco. “O Banco de Materiais de Construção funcionará em um local apropriado, pertencente ao município. O repasse dos materiais que integram o Banco será realizado preferencialmente à população em situação de vulnerabilidade social, para construção, reforma ou recuperação de moradia própria a fim de implementar o nível de habitabilidade e recuperação de moradia em virtude de emergência ou calamidade, como incêndios, sinistros, desabamentos, alagamentos, deslizamentos, vendavais, ou seja, situações onde os danos são totais ou parciais e eventuais fenômenos que causem danos à habitação destas pessoas, desde que não sejam estas as responsáveis pelo dano”.

Ações

O vereador Bernardi fri-

sou no projeto que “o Banco de Materiais de Construção tem por objetivo, ainda, garantir ações de políticas de precariedade habitacional, possibilitando acesso às famílias carentes e desestruturadas; proporcionar uma melhor qualidade de vida, no repasse de materiais, proporcionando condições dignas de morar; conscientizar o usuário para organizar equipe de mão de obra em forma de mutirão, diminuindo o custo da obra; educar o usuário no sentido de trabalhar sem desperdício e aproveitar bem o material fornecido; conscientizar ainda o usuário, com relação aos cuidados e aos reparos da moradia, tais como, pintura, higiene e limpeza do terreno; e trabalhar com a família beneficiada através de ação e reflexão, mostrando a importância do benefício”.

Após aprovação na Câmara, o projeto segue para ser sancionado pelo prefeito de Pato Branco, Robson Cantu (PSD). O Poder Executivo terá o prazo máximo de 180 dias para regulamentar a Lei, contados da data de sua publicação.

Comissão de Obras Públicas realiza sabatina com indicado para diretoria da Agepar

Alep

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar) acaba de ter o nome de Maiquel Guilherme Zimann aprovado para assumir a Diretoria de Regulação Econômica. A sabatina na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) é parte do processo

legal e aconteceu na manhã de terça-feira (12).

“Já atuo no serviço público há alguns anos, mas não deixo de considerar este mais um desafio, não apenas pela amplitude das atribuições, mas pelo próprio desafio de conciliar os preços das tarifas com os serviços oferecidos em um país que tem mais de cem milhões de brasileiros sem

saneamento e mais de 35 milhões sem acesso a água potável. Por isso, nos processos atuais de regulação, é fundamental que haja um equilíbrio entre o aspecto social, que transcende os aspectos econômicos”, refletiu, ao ser questionado pelos deputados que compõem o grupo.

Formado em Direito e com mestrado em Econo-

mia, ambos pela UFPR, Zimann afirmou que é um estudioso da regulação econômica desde a graduação. As principais atribuições na Agepar serão atuar em matérias que tratam da regulação de todos os serviços públicos que precisam de regulação e fiscalização do Estado, como gás, saneamento, energia, ferrovias e rodovias.



VAGAS EM PATO BRANCO

Atendente de lojas
Auxiliar de estoque
Auxiliar de limpeza
Banhista de animais domésticos
Camareira de hotel
Editor de tv e vídeo
Gerente comercial
Leitor de hidrômetro
Motorista de caminhão
Operador de empilhadeira
Vendedor interno

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada

Câmara e Instituto Policlínica debatem valores repassados via SUS

Assessoria

Na sexta-feira (15), o presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Claudemir Zanco (PL), participou de uma reunião com o Conselho de Administração do Instituto Policlínica. O encontro teve o objetivo de repassar informações sobre a atual situação dos valores repassados nos atendimentos via SUS, prestados pelo Instituto.

De acordo com o Conselho, os valores repassados pelos atendimentos não foram corrigidos com base nos valores atuais dos medicamentos e insumos necessários, o que vem causando um déficit para o Instituto, e que pode vir a causar um comprometimento dos atendimentos. Durante o encontro, promovido pelo Instituto, também foi acordado que, na sequência, será organizada uma reunião com todos os vereadores, para que a situação seja repassada em detalhes.

Sistema de gestão eletrônica de documentos

Ainda, na quinta-feira (14), o presidente do Legislativo e os servidores Giovani Tognon, Luciano Beltrame e Rodrigo Sartor Mayer estiveram em uma reunião na Prefeitura de São Lourenço do Oeste. A visita teve o intuito de conhecer, na prática, como funciona o sistema de gestão eletrônica de documentos, utilizado pela municipalidade, e a possibilidade de implantação do serviço na Câmara de Pato Branco.

A comitiva foi recebida por Antônio Cantelmo Neto e Yan Carlos Pieta, que explicaram como foi o processo de contratação e implantação, do sistema, e como está sendo a utilização. O sistema possibilita que toda a tramitação de processos e documentos seja realizada digitalmente, com acompanhamento de todo o fluxo.

Entre as vantagens apresentadas estão a diminuição do consumo de papel; saber o andamento dos processos, bem como, onde ele se encontra no momento; o histórico das ações realizadas; a transparência de toda a tramitação de cada documento; o estabelecimento de prazos para cada ação; e agilidade no acesso aos documentos, que estarão todos disponíveis digitalmente.



A reunião ocorreu na sexta-feira (15), no Instituto Policlínica

Legislativo cria Comissão de Representação para atuar durante recesso parlamentar



A Comissão de Representação foi formada na sessão de quarta-feira (13)

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

Na sessão ordinária de quarta-feira (13), o presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Claudemir Zanco (PL), anunciou o recesso parlamentar no período de 16 a 31 de julho, com os trabalhos sendo retomados no dia 1º de agosto.

Na mesma sessão foi realizada a composição da Comissão de Representação, que será responsável por conduzir os trabalhos necessários durante o período de recesso parlamentar.

A Comissão de Representação foi formada pelos vereadores Lindomar Brandão (PP) – nomeado presidente da Comissão, Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), Eduardo Albani Dala Costa (MDB), Januário Koslinski (PSDB), Rafael Celestrin (PSD) e Romulo Faggion (União Brasil).

“Haverá o recesso, mas a Casa continuará ativa para qualquer projeto de lei de interesse do Executivo e da população de Pato Branco”, frisou.

A Comissão de Representação somente se reúne se tiver convocação extraordinária, que pode ser feita apenas pelo presidente da Comissão ou pelo

prefeito.

Analista legislativo

Durante a sessão, o presidente do Legislativo também anunciou que a Câmara vai chamar, a partir da próxima segunda-feira (18), mais um integrante para a equipe administrativa.

“Será convocado um analista legislativo. Terá um papel jurídico na Casa, dará apoio a todas as comissões, terá uma participação muito especial na formalização de leis. Qualquer vereador que tiver a indicação de um projeto e ele poderá montar o bojo do projeto, fazer todo o estudo da possibilidade de apresentação de leis, fará a intermediação entre os vereadores e o legislativo da Casa. Dará apoio também no processo de compilações das leis que está sendo executada”, destacou.

Zanco explicou ainda que “a intenção de chamar mais um integrante para a equipe administrativa é antiga, inclusive cogitada por outros presidentes, mas não foi possível”. No caso do vereador Joecir Bernardi, por exemplo, não pode chamar devido a Portaria do Governo Federal.

“O analista legislativo também fará um estudo no município de novos e futuros profissionais para a Casa.

Como a cidade está crescendo, o Legislativo também tem que fazer esse investimento em pessoas para auxiliar na estrutura”, frisou.

Vagas de estacionamento

Na mesma sessão, participou como convidada Shéli Koller, que falou sobre “o direito de gestantes e lactantes utilizarem vagas de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida”.

Shéli foi convidada a participar da sessão pelos vereadores Claudemir Zanco (PL), Dirceu Luiz Boaretto (Podemos), Marcos Junior Marini (Podemos), Maria Cristina de Oliveira Rodrigues Hamera (PV) e Thania Maria Caminski Gehlen (PP).

Ela explanou sobre as mudanças corporais que as mulheres passam no período da gravidez e a necessidade de vagas de estacionamento específicas para as gestantes. Ela também pediu o apoio dos vereadores e da sociedade, para que o Município, por meio do Depatran, cumpra a Lei Municipal nº 5.057, de 5 de dezembro de 2017, de autoria do vereador Claudemir Zanco, que “dispõe sobre a reserva de vagas de estacionamento especial para gestantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo no município de Pato Branco”.

Audiência Pública debate sucessão rural na Agricultura Familiar

Alep

Com a intenção de propor políticas públicas para ajudar na sucessão rural em pequenas propriedades, foi realizada nesta sexta-feira (15) audiência pública com a participação de deputados e autoridades ligadas ao setor. O evento foi realizado on-line e teve transmissão ao vivo pela TV Assembleia. A Agricultura Familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira.

“É fundamental o debate e a discussão deste tema

que leva o alimento para a mesa da população de todo Brasil. É preciso olhar para agricultura familiar não só como a geração de alimento, mas principalmente como uma oportunidade para geração de emprego e renda”, disse o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Astorga, Claudinei de Carli.

Atualmente o Paraná conta com cerca de 300 mil pequenas propriedades, e cerca de 40% delas não possuem uma sucessão para os próximos anos. Os dados foram apresentados pelo secretário de juventude da Fe-

deração dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná (FE-TAEF), Alexandre Leal dos Santos, que comentou sobre a criação de um plano de sucessão rural.

“É preciso que o Governo possa olhar com atenção para este setor, principalmente em relação à liberação de crédito para os mais jovens. Queremos chegar no próximo ano com um plano pronto e comemorando as conquistas que estão para acontecer”, disse ele, lembrando que em 15 de julho é comemorado o Dia da Juventude Rural.

Agora Prinex é do seu jeito!

Na hora que você escolhe e com o cuidado que sua encomenda precisa: Prinex do seu jeito!

INFORMAÇÕES:
(46) 3025-3940 / (46) 9 1116-8591

PRINEX
do seu jeito!

Princesa dos Campos



Área XIV

Feliz Ano Novo Rotário!!!

Possos dos Presidentes dos Rotary Clubs da Área XIV

Desde 1913, o termo “ano rotário” tem sido usado para marcar o período administrativo anual do Rotary. Que tem início em 1º de julho e final em 30 de junho do ano seguinte, sendo assim, estamos iniciando o ano Rotário 2022-23, e todo novo ano Rotário tem-se a troca das lideranças no Rotary, do presidente do Rotary International, dos Governadores de distrito de Rotary e equipe distrital, e dos presidentes de Rotary Clubs e conselho diretor.

Nas fotos temos os presidentes dos Rotary Clubs para o ano rotário 2022-23, da área XIV, que está sob a coordenação da Governadora Assistente Terezinha Pasini de Almeida. As posses aconteceram durante as primeiras duas semanas do início do novo ano rotário.



Aprovada lei que reconhece o esporte eletrônico como modalidade esportiva

ASSESSORIA/CMPB



O Projeto de Lei da prática esportiva eletrônica é de autoria dos vereadores Eduardo Dala Costa (MDB) e Claudemir Zanco (PP)

Cristina Vargas

cristina@diariosudoeste.com.br

Na última sessão ordinária da Câmara Municipal de Pato Branco, antes do recesso parlamentar que segue até o dia 31 de julho, realizada na quarta-feira (13), foi aprovado em segunda votação o Projeto de Lei nº 36, de 2022, de autoria dos vereadores Claudemir Zanco (PL) e Eduardo Albani Dala Costa (MDB).

O PL nº 36, de 2022, reconhecendo a prática esportiva eletrônica, “denominada eSports ou esports, como modalidade esportiva que ocorre em plataforma digital, envolvendo dois ou mais competidores ou equipes, em partidas on-line ou presenciais, síncronas e montadas de forma a permitir o acompanhamento de uma audiência, com recursos das tecnologias da informação e comunicação ou outra tecnologia similar e com a mesma finalidade”.

Segundo o projeto, o praticante de eSports ou esports é denominado atleta. Ainda, conforme a proposta dos vereadores, “fica instituído o Dia Municipal do eSports, a ser celebrado, anualmente, em 19 de outubro”.

Finalidade

Os objetivos da prática dos eSports ou esports no município, segundo o projeto, é a “inclusão de todos os interessados por essa modalidade assim como a sua acessibilidade; o desenvolvimento intelectual e cultural dos competidores, fortalecendo o raciocínio e a habilidade motora de seus praticantes; a prática esportiva educativa, visando ao entendimento do fato de que jogadores são adversários e não inimigos, na origem do jogo justo (fair play), para a construção de identidades baseadas no respeito; a assimilação da influência e das inovações trazidas pela tecnologia da informação e comunicação; valorização da boa convivência, cidadania, diversão e aprendizagem entre os praticantes da modalidade, independente de gênero, idade, raça, credo, entre outros”.

CAC

Na sessão, também foi aprovado em segunda votação o Projeto de Lei nº 74, de 2022, de autoria do vereador Romulo Fagion (União Brasil), que institui o “Dia dos

Colecionadores, Atiradores e Caçadores - CAC”, e reconhece que o desempenho de suas atividades os expõe a risco à vida e à integridade física, nos termos do art. 10 da Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Rainha dos Bairros

Também foi aprovado em segunda votação, o Projeto de Lei nº 78, de 2022, de autoria do Executivo, que autoriza a abertura de crédito especial, no valor de R\$ 196.029,13, junto às Secretarias Municipais de Educação e Cultura e de Saúde.

O recurso é um remanejamento de Emendas Impositivas, apresentadas à Lei Orçamentária referente ao exercício de 2022, e será utilizado para “apoio a realização do Baile da Rainha dos Bairros” [R\$ 50 mil] e para “construção, ampliação e reformas da estrutura física da Saúde” [R\$ 146.029,13].

Remanejamento

Ainda de autoria do Executivo, foi aprovado, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 79, de 2022, autorizando a abertura de crédito suplementar, no valor de R\$ 1.134.927,00. O recurso também é um remanejamento de Emendas Impositivas, apresentadas à Lei Orçamentária referente ao exercício de 2022, e será utilizado para ações em diversas secretarias.

Materiais de construção

De autoria do vereador Joecir Bernardi (PSD), foi aprovado, em segunda votação, o Projeto de Lei nº 164, de 2021, que dispõe sobre a criação do Banco de Materiais de Construção, a ser administrado pela Prefeitura de Pato Branco e coordenado pela Secretaria Municipal de Engenharia e Obras em conjunto com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Pelo projeto, o banco terá a função de armazenar e redistribuir doações de sobras de matérias primas da construção civil; resíduos líquidos que possam ser utilizados em obras, como, por exemplo, tintas, cal líquido, impermeabilizantes e afins; materiais adquiridos pelo próprio Município; doações de empresas, entidades não governamentais e da comunidade em geral; e doações de materiais novos ou usados, desde que em bom estado de conservação.